

“COMPLIANCE” NO AGRO

***Roberto Rodrigues**

Como é sabido, um dos fatores que pesaram na escolha dos candidatos nas eleições de outubro de 2018 foi o cansaço da população brasileira das recorrentes denúncias de corrupção e posterior comprovação delas: seja para posições nos Executivos estaduais e federal, seja para as diversas casas legislativas em todos os níveis, nomes identificados com esse tema foram recusados pelos eleitores. Claro que outros assuntos também tiveram influência no resultado eleitoral, como a segurança pública, o desemprego gigantesco, as contas do governo, o descaso com a educação, a saúde e os transportes coletivos, e o divórcio com a realidade. Mas o problema da ética e da moral foi preponderante.

Nesse cenário houve um fato muito ruim para o agronegócio, que foi o episódio da Carne Fraca, em março de 2017, e seus desdobramentos posteriores, até a Operação Trapaça, de março de 2018. Alguns países importadores de nossas carnes encolheram suas encomendas desde a primeira operação, mas com as outras tudo se complicou, com várias indústrias fechadas pelo governo brasileiro e uma certa desconfiança até do nosso consumidor quanto à qualidade dos produtos de origem animal, por mais que a grande maioria das empresas do setor cumpram integralmente as regras estabelecidas pelas autoridades federais. E no bojo das denúncias de irregularidades esteve a relação inadequada entre fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura e frigoríficos de algumas localidades. Tudo muito ruim, o governo e o setor privado se movimentaram para corrigir os erros e sobretudo para melhorar o serviço de fiscalização federal, mas houve alguma lentidão nessas ações, resistência à mudanças significativas do lado corporativo, e ainda hoje não está tudo resolvido. O novo Governo está bem informado do problema e vai enfrentá-lo com o necessário rigor e essencial agilidade.

E uma das ações mais interessantes realizadas pelo MAPA foi o Programa de Integridade do Ministério, o "Agro+integridade", inserido nos projetos de Compliance da Administração Pública Federal.

Logo no anúncio da Carne Fraca, já na tarde de 17 de março de 2017, 33 servidores públicos denunciados foram afastados, os que exerciam cargos de chefia foram exonerados, 21 estabelecimentos privados foram proibidos de produzir e exportar e 762 amostras de seus produtos foram analisados em laboratórios credenciadas, das quais 98,68% não apresentaram irregularidades. Mas não era suficiente: o estrago feito na imagem era grande, e algo maior tinha que ser feito. E em 7 de abril seguinte, o MAPA publicou a Portaria número 705, instituindo o seu Programa de Integridade para implementar e aprimorar mecanismos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvios de conduta de funcionários. Com o programa, ficou claro que o problema não era só do governo, e era necessário envolver as empresas privadas na busca de melhor compliance: afinal, era na interface entre o público e o privado que estavam os defeitos, visto que o sistema de fiscalização é bom na sua formulação. Assim surgiu em 12 de dezembro de 2017 a portaria 2462 do MAPA, criando o Selo Agro+ Integridade, destinado a premiar as empresas do setor que reconhecidamente desenvolvessem boas práticas de gestão com integridade, ética e sustentabilidade, com forte componente anticorrupção e responsabilidade

ambiental e social. As empresas consideradas aptas a obterem o Selo deveriam assinar o “Pacto pela Ética, Integridade e Sustentabilidade”, uma declaração pública de seu compromisso com tais assuntos e em suas relações com o setor público.

Outros diplomas internos foram criados, já em 2018, sempre buscando aperfeiçoar os padrões de conduta de funcionários do Ministério e de indústrias por eles fiscalizadas.

Pois bem, os resultados obtidos com todo esse esforço são interessantes, mas parciais. As empresas interessadas em concorrer ao Selo Agro+ Integridade tiveram que enviar as documentações de habilitação ao concurso entre fevereiro e junho de 2018 a um Comitê Gestor do Selo, composto pelo Instituto Ethos, CNA, CNI, Febraban, EMBRAPA, B3, Alliance for Integrity, Ministério da Transparência, CGU, e MAPA, super rigoroso. Cerca de 1276 empresas se interessaram e acessaram o link disponível on-line, mas apenas 45 conseguiram finalizar o preenchimento do primeiro formulário; dessas, só 23 lograram apresentar toda a documentação exigida pelo regulamento do Prêmio. E ao final apenas 11 foram premiadas, em evento no dia 27 de novembro passado.

É muito pouco! Fica a impressão de que o tema "compliance" ainda carece de maior alcance no universo geral das empresas. Mas passos relevantes foram dados em benefício do setor e do país. E o novo governo já está mergulhado nesse tema, com objetividade e boa vontade.

*** Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª terça-feira do mês**